

POBREZA, DIFERENCIAIS RACIAIS E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO PARA AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS

César Barbosa*
Elisiana Rodrigues Oliveira Barbosa**
Cláudio Barbosa***

Resumo: *Este trabalho consiste em uma exploração dos dados disponibilizados pelo Atlas Racial Brasileiro 2004, enfatizando os aspectos relacionados à incidência da pobreza e da indigência, à escolaridade e à inserção no mercado de trabalho, realçando a distribuição racial e espacial dos mesmos. Essa primeira exploração nos conduziu a duas conclusões: i) de que a acentuada participação dos negros entre os pobres e indigentes reflete a incapacidade do sistema de ensino brasileiro de incorporar elementos culturais, raciais e de contexto, a rigidez do modelo distributivo de renda e a inflexibilidade da estrutura ocupacional do mercado de trabalho; ii) as reflexões e provocações do trabalho requerem o estabelecimento de uma agenda de pesquisa.*

Palavras-chaves: Pobreza; Educação; Diferenciais raciais

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta alguns indicadores sócio-econômicos para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2003, no Brasil, tendo como recorte espacial as regiões geográficas e seus respectivos estados. Utilizam-se os dados tabulados pelo Atlas Racial Brasileiro 2004, software livre elaborado a partir de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este banco de dados eletrônico reúne uma ampla série histórica de indicadores sociais desagregados por raça e, sempre que possível, por gênero, nos permitindo analisar diferentes aspectos das condições de vida da população brasileira, com ênfase nos diferenciais raciais e de gênero.

Para a análise que se propõe aqui, escolheu-se, dentre esses aspectos, a pobreza e a desigualdade de renda, os indicadores educacionais e a inserção no mercado de trabalho. Cabe esclarecer, no entanto, que não consiste em objetivo esgotar as discussões sobre os aspectos suscitados, mas sim descrevê-los quanto a suas trajetórias e tendências. Nessa perspectiva, as tabelas têm como fim a disseminação de informações, contribuindo para o entendimento das

* Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS; Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária da Superintendência de Orçamento Público (DSO/SPO/SEPLAN); Mestre em Economia pela UFBA; créditos concluídos no Doutorado de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional da Universitat de Barcelona (UB-ES). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Economia e Administração Pública - NIEAP/UEFS. E-mail: cbarbosa@seplan.ba.gov.br ou barbosas@uefs.br.

** Coordenadora do Núcleo de Tecnologia Educacional 2, do Instituto Anísio Teixeira (NTE 2/IAT); Graduada em Pedagogia pela UFBA; Aluna do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PEC/UNEB); créditos concluídos no Mestrado de Análise Regional da Universidade Salvador (Mare/Unifacs); Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (UNEB). E-mail: ebarbosa.nte@sec.ba.gov.br.

*** Graduado em Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB); Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (UNEB). E-mail: claudiobarbosas@yahoo.com.br.

questões relacionadas às diferenças sócio-econômicas, realçando seus contornos étnicos e espaciais.

2. POBREZA E INDIGÊNCIA: AS MARCAS DA EXCLUSÃO RACIAL

2.1. Síntese do problema

As abordagens tradicionais caracterizam a pobreza pela existência de grupos demográficos cuja renda pessoal ou familiar está abaixo da “linha de pobreza”, restringindo o acesso desses grupos ao consumo, ou seja, a *pobreza de renda*. Ao considerar a renda como medida de pobreza incorre-se em duas limitações: i) a proporção de pobres constitui uma medida meramente quantitativa; ii) deixa-se de considerar os efeitos dos bens e serviços públicos e do custo de vida sobre o nível de pobreza¹. Desse modo, a renda não revela a distribuição da pobreza entre os pobres.

Por outro lado, uma perspectiva mais ampla tende a encarar a pobreza não apenas pela carência material para suprir necessidades biológicas de grupos humanos, mas, sobretudo, pelas condições em que essas populações vivem e sobrevivem: precária relação social, em situação de insegurança e vulnerabilidade econômica, com baixa estima e estado de impotência. Esses elementos poderão apresentar-se mais ou menos intensos a depender do país, região ou recorte que se estuda.

Dessa forma, a pobreza assume outras dimensões: a *pobreza de segurança*, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos a violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a *pobreza educativa*, caracterizada por grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer sua cidadania; a *pobreza em saúde*, caracterizada pela existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento de saúde e saneamento básico, expondo-os a situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a *pobreza cultural* que, diferente da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela presença de grupos demográficos expropriados de significados de concepções de mundo no contexto sócio-histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política².

Essas diferentes dimensões da pobreza poderão apresentar superposições. Assim, podemos encontrar grupos demográficos que estejam submetidos, simultaneamente, a essas multidimensões da pobreza. Nessa perspectiva, a idéia de pobreza está ligada à falta de acesso de alguns grupos demográficos a um conjunto de capacidades, tais como a de sobreviver e ter boa saúde, assegurar a reprodução biológica, interagir socialmente, ter conhecimento e liberdade de expressão e pensamento, entre outras garantias sociais.

A pobreza, de fato, é um fenômeno complexo, relacionado a muitas dimensões e, portanto, medido de diferentes maneiras. Em geral, as avaliações dos níveis de pobreza têm como ponto de partida a insuficiência de renda para fazer frente ao atendimento das necessidades básicas de grupos demográficos (humanos) em determinado tempo e espaço.

No entanto, a utilização de múltiplas dimensões para análise da pobreza não se contrapõe

¹Devemos considerar que o custo da cesta básica que garante os requisitos nutricionais e energéticos está associado às condições objetivas de produção de alimentos, de forma que diferirá em diferentes localidades. Assim, indivíduos que apresentam a mesma renda, mas moram em diferentes lugares, estarão submetidos a circunstâncias diferentes e, portanto, não passarão pelas mesmas privações. Da mesma forma, o grau de atendimento e qualidade dos bens e serviços públicos afetarão o nível de privação dos pobres.

² O conjunto desses significados, constitui o conceito de cultura (SILVA, 2004, P. 02)

à visão quantitativa da pobreza, visto que a renda guarda forte correlação com as demais privações que acometem os pobres, de forma que a pouca renda não lhes permite acesso a condições adequadas de moradia, educação, saúde e alimentação, tornando-os mais vulneráveis a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Contam com pouco amparo institucional e pouca penetração política, tornando-os incapazes de influenciar as decisões que afetam suas próprias vidas. Isto é, são atingidos pela pobreza nas suas mais diversas dimensões.

No Brasil, a pobreza ganhou outros componentes: i) o espacial, decorrente do modelo assimétrico de desenvolvimento, fazendo com que a pobreza seja mais elevada nas regiões Norte e Nordeste, tendendo a reduzir em direção ao sul; ii) o racial, caracterizado pela permanência de certos grupos étnicos em situação de marginalidade, pouco prestígio social, com poucas oportunidades educacionais e de emprego; iii) o sexual, caracterizado pela grande proporção de indivíduos femininos entre os pobres. Em todos esses estratos, a pobreza se manifesta com suas múltiplas dimensões.

Os dados recentes indicam que no Brasil os componentes espacial e racial apresentam padrões muito semelhantes, ou seja, há uma grande proporção de pobres nas regiões Norte e Nordeste, com grande predominância de indivíduos negros entre os mesmos. Convém ressaltar que, embora o Estado da Bahia apresente uma tendência de queda na proporção de pobres, a proporção de negros entre estes exibe uma certa rigidez, mantendo-se em torno de 82%. Esse fato explica-se pelos condicionantes históricos, na medida que esse Estado teve seu sistema de produção, nos primórdios, sustentado pela mão-de-obra escrava, de forma que os negros foram submetidos a um processo de dominação bastante violento, onde a hierarquia da sociedade colonial os colocava funcionalmente não como sujeitos, mas sim como objetos, uma vez que eram considerados meios de produção e não produtores. Essa expropriação conduziu a uma diferenciação e estigmatização do negro que até hoje se reflete. Alie-se a isso a incapacidade dos sucessivos governos em arbitrar um processo distributivo de renda mais equitativo do ponto de vista racial, formatando o quadro sugerido pelas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - BRASIL: Proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza, 1980–2003 (%)

Região	Proporção de pobres				Proporção de negros entre os pobres			
	1980	1991	2000	2003	1980	1991	2000	2003
Brasil	51,3	52,3	41,6	38,5	59,2	60,9	63,8	59,2
Região Norte	66,6	65,2	60,1	51,2	82,8	80,7	78,8	78,9
Região Nordeste	77,4	74,7	65,8	62,8	76,4	76,9	75,6	75,7
Bahia	72,3	75,3	65,3	62,4	81,0	82,8	81,7	82,6
Região Sudeste	34,0	37,2	27,4	26,6	46,0	50,0	53,6	53,9
Região Sul	46,7	46,9	29,8	25,2	21,8	22,4	25,9	28,9
Região Centro-Oeste	45,0	43,1	28,9	29,0	55,4	60,4	67,9	69,2

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

Tabela 2- BRASIL: Proporção de indivíduos abaixo da linha de indigência, 1980 – 2003 (%)

Região	Proporção de indigentes				Proporção de negros entre os indigentes			
	1980	1991	2000	2003	1980	1991	2000	2003
Brasil	27,6	30,4	20,0	17,0	64,7	66,6	65,8	69,8
Região Norte	36,5	41,5	36,4	21,6	84,0	82,1	76,7	80,5
Região Nordeste	52,3	55,7	40,9	34,9	77,0	78,2	79,0	77,3
Bahia	44,7	55,5	40,9	34,4	81,1	83,5	79,0	83,2
Região Sudeste	13,6	16,8	10,3	9,2	49,7	54,5	54,6	59,6
Região Sul	20,8	22,7	12,5	8,5	25,3	25,0	26,8	32,3
Região Centro-Oeste	19,2	18,4	11,2	9,7	57,2	62,8	61,4	72,1

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

Os dados sobre indigência apresentam um agravamento da situação, evidenciando que os negros são, de fato, atingidos mais profundamente pela pobreza extrema. Todas as regiões apresentaram redução da indigência. Por outro lado, com exceção da região Norte, a proporção de negros entre os indigentes aumentou. Esse resultado induz ao raciocínio que as ações e políticas de redução da pobreza extrema, no Brasil, assim como no Estado da Bahia, beneficiaram muito mais os indivíduos não-negros.

2.2. Educação: reflexo da exclusão racial

O argumento da educação tem sido por muitos utilizado para legitimar os processos de distribuição de renda e, conseqüentemente, a manutenção de certos grupos em situação de pobreza. Para Bourdieu (2001), a escola constitui um espaço de reprodução da sociedade, encarregada de produzir produtores, mas guarda razoável autonomia em relação ao sistema econômico, de forma que a escola é também um espaço de exclusão:

Como sempre, a Escola exclui; mas a partir de agora, exclui de maneira contínua, em todos os níveis de cursos, e mantém em seu seio aqueles que exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados (BOURDIEU, 2001, p. 224)

Portanto, como reflexo da reprodução da sociedade, a escola também reproduz a estrutura de oportunidades e de dominação dessa sociedade. Desse modo, os dados da Tabela 3 demonstram que os negros apresentam escolaridade média inferior à dos brancos, chegando em 2003, em termos nacionais, a uma defasagem de 1,7 anos de estudos.

Tabela 3 - BRASIL: Escolaridade média (anos médios de estudo), 1980 – 2003

Região	1980		1991		2000		2003	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
Brasil	4,9	2,8	6,0	3,9	7,0	5,1	8,0	6,3
Região Norte	4,4	2,9	5,4	3,9	6,3	5,1	8,4	6,7
Região Nordeste	3,5	2,1	4,9	3,3	5,8	4,4	7,1	5,7
Bahia	3,5	2,2	4,8	3,3	5,7	4,6	7,0	5,9
Região Sudeste	5,3	3,4	6,5	4,6	7,5	5,8	7,7	6,3
Região Sul	4,6	2,8	5,8	4,0	6,9	5,2	8,3	6,8
Região Centro-Oeste	4,1	3,4	6,2	4,6	7,2	5,7	8,0	6,8

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

Embora os anos de estudo não seja uma medida razoável para se capturar os efeitos da educação sobre os diferenciais raciais e de pobreza, ao passo que constitui apenas uma medida quantitativa, não implicando, necessariamente, em competência, nos fornece uma primeira idéia de quanto são profundos esses diferenciais.

Assim, pode-se observar que a distribuição regional dos diferenciais raciais de escolaridade acompanha o padrão nacional. Nos anos analisados, em todas as regiões geográficas, os indivíduos brancos exibem escolaridade média superior aos indivíduos negros. O Estado da Bahia confirma essa regra.

Os indivíduos negros, assim como os brancos, apresentaram uma tendência de crescimento da escolaridade média. Contudo, isso não foi suficiente para reduzir o nível de pobreza a que os negros estão submetidos. Esse resultado revela a rigidez do modelo distributivo de renda e a autonomia do sistema de ensino em relação ao sistema econômico.

Uma outra informação importante a ser considerada, nesta perspectiva, é a taxa de eficiência do ensino médio³. Os dados da Tabela 4 demonstram que os estudantes negros desse nível de ensino são menos eficientes, a exceção fica por conta das regiões Norte e Centro-oeste no ano de 1980.

Esse indicador é importante por duas razões: i) revela problemas relacionados com a alta repetência e a evasão escolar, que são dois dos principais problemas no sistema de ensino brasileiro, com graves conseqüências para os níveis de escolaridade da população e; ii) ademais, o ensino médio é o primeiro nível de ensino que efetivamente confere habilidades formais para o trabalho, tendo forte reatamento no nível de renda dos indivíduos e, conseqüentemente, no grau de pobreza.

³ Total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade considerada ideal sobre o total de matrículas na série e grau em questão (Atlas Racial Brasileiro, 2004).

Tabela 4 - BRASIL: Taxa de eficiência do ensino médio, 1991 - 2003 (%)

Região	Branco				Negro				Total			
	1980	1991	2000	2003	1980	1991	2000	2003	1980	1991	2000	2003
Brasil	23,7	34,1	42,9	44,0	15,3	18,0	23,2	25,4	20,9	28,5	34,6	35,5
Região Norte	13,3	22,3	24,9	27,2	44,2	14,2	15,7	20,2	10,6	16,7	18,6	22,2
Região Nordeste	16,5	24,6	27,3	28,4	10,4	15,2	17,8	17,6	13,5	18,6	21,3	21,0
Bahia	17,8	23,9	24,8	29,4	10,6	13,3	15,4	14,1	13,6	16,2	18,0	17,1
Região Sudeste	25,9	34,5	46,7	47,0	16,7	21,1	28,7	31,5	24,1	31,2	40,3	41,2
Região Sul	24,4	40,9	49,4	50,6	23,5	24,2	32,7	39,8	24,2	39,4	47,1	48,9
Região Centro-Oeste	18,1	31,8	38,9	42,2	44,7	20,8	26,4	31,4	16,0	27,1	33,0	36,3

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

O fracasso escolar, contudo, pode estar associado à inadequação do sistema de ensino brasileiro e à incapacidade desse sistema de dialogar e estabelecer currículos e conteúdos que incorporem as diversidades culturais, raciais e de contexto dos estudantes negros.

Por outro lado, o fato de progredir nos estudos não é elemento garantidor de uma colocação compatível no mercado de trabalho, visto que os indivíduos negros apresentam um grau de incompatibilidade entre curso superior concluído e inserção ocupacional⁴ muito mais acentuado que os brancos. Isto revela a rigidez da estrutura ocupacional em relação à diversidade racial do País.

Tabela 5 - BRASIL: Incompatibilidade entre curso superior concluído e inserção ocupacional, 1991 - 2000 (%)

Região	Branco			Negro		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Brasil	32,3	37,3	32,4	54,7	42,3	36,8
Região Norte	33,1	28,5	25,2	42,3	32,3	27,9
Região Nordeste	29,4	32,3	31,1	36,8	38,5	35,9
Bahia	30,6	26,7	27,9	58,6	35,7	33,8
Região Sudeste	33,3	39,1	33,0	32,3	49,1	39,8
Região Sul	33,3	37,2	32,7	27,9	46,8	39,9
Região Centro-Oeste	26,1	31,9	29,7	51,5	40,3	35,1

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

Portanto, a escolaridade constitui, dessa forma, uma barreira racial ao processo de mobilidade social, confinando os negros às categorias funcionais de menor prestígio e rendimento, mantendo esse segmento racial em estado de pobreza.

A esse propósito, convém observar as informações contidas na Tabela 6, que demonstra os impactos da pouca escolaridade dos indivíduos negros nas suas oportunidades de trabalho. Essa estatística caracteriza a inserção ocupacional dos segmentos raciais, a partir da proporção da população ocupada alocada em atividades informais.

⁴ Porcentagem de indivíduos com curso superior concluído em ocupações de nível não superior (Atlas Racial Brasileiro, 2004).

Tabela 6 - BRASIL: Grau de informalização do trabalho, 1991 – 2003 (%)

Região	Branços			Negros		
	1991	2000	2003	1991	2000	2003
BRASIL	42,9	55,3	46,5	57,1	64,1	58,1
Região Norte	56,8	71,8	53,2	67,1	78,1	62,5
Região Nordeste	57,9	68,6	59,3	68,2	74,0	66,9
Bahia	60,0	67,6	61,8	67,3	71,4	67,8
Região Sudeste	36,1	50,5	42,3	43,3	53,2	48,4
Região Sul	46,8	55,0	46,6	51,9	55,5	48,9
Região Centro-Oeste	48,9	60,8	47,1	57,0	63,9	54,8

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

Com efeito, notamos que a informalidade apresenta-se elevada tanto para os negros quanto para os brancos, contudo, em todas as regiões e anos analisados, tem atingido mais intensamente os negros.

Este fato pode ser explicado pelo processo de reestruturação produtiva que passou a economia brasileira nas últimas duas décadas. Esse processo iniciou-se em fins dos anos 80, maturou-se na década de 90 e seus reflexos são sentidos ainda nos dias atuais. Caracteriza-se por uma extrema desregulamentação dos mercados financeiros, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação - que tornou o tempo instantâneo e aproximou os espaços - e, sobretudo, pela implementação de um conjunto de políticas de orientação neoliberal e redefinição do papel do Estado.

Esses mecanismos de ajuste econômico conduziram a economia brasileira a uma profunda crise, que aumentou o desemprego e, conseqüentemente, a informalidade. Por outro lado, percebe-se que essa crise atingiu com muito mais rigor os trabalhadores negros, na medida que a baixa escolaridade não lhes dá a flexibilidade que o mercado de trabalho exige. Isso nos permite concluir que este segmento racial é mais vulnerável a choques econômicos dessa natureza.

Outro fato que merece destaque, nesse sentido, é a grande precarização da força de trabalho para ambos os segmentos raciais, mas, assim como no caso da informalidade, é mais elevada entre os trabalhadores negros. Nota-se que a proporção de negros ocupados em empregos precários é sempre superior à dos trabalhadores brancos.

Tabela 7 - BRASIL: Grau de precarização do trabalho, 1991 – 2003 (%)

Região	Branços			Negros		
	1991	2000	2003	1991	2000	2003
BRASIL	26,2	31,9	32,5	39,8	46,2	49,0
Região Norte	37,2	42,0	42,4	46,4	52,0	54,2
Região Nordeste	40,0	44,9	46,9	47,5	54,6	55,8
Bahia	38,6	45,1	45,3	43,9	54,0	55,5
Região Sudeste	21,7	28,8	29,7	30,4	38,3	41,5
Região Sul	25,9	29,3	28,9	33,3	40,0	41,9
Região Centro-Oeste	33,6	36,1	34,3	42,1	45,4	45,4

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

A educação constitui o meio que a sociedade brasileira encontrou para manter os negros nesse estado de pobreza, na medida que ela tornaria esses indivíduos mais autônomos politicamente e lhes daria, ainda no que pesem os efeitos da crise econômica, mais mobilidade na estrutura funcional do mercado de trabalho.

Do ponto de vista regional, observa-se que as regiões Norte e Nordeste se ressentem mais profundamente dos efeitos da crise, na medida que ambas apresentam elevados graus de informalidade e precarização do trabalho, confirmando o padrão nacional em relação aos segmentos raciais, isto é, os negros dessas regiões são atingidos com mais intensidade que os brancos. O Estado da Bahia acompanha esta tendência.

A combinação de todas essas variáveis resulta em uma elevada vulnerabilidade à pobreza. Este indicador leva em consideração a participação na força de trabalho, a idade do indivíduo, a escolaridade e o rendimento do trabalho. Corresponde à proporção da população em idade ativa (PIA) em situação de vulnerabilidade à pobreza, caracterizando, portanto, a suscetibilidade dos segmentos raciais à pobreza.

Tabela 8 - BRASIL: Grau de vulnerabilidade à pobreza, 1991 – 2003 (%)

Região	Branco			Negro		
	1991	2000	2003	1991	2000	2003
BRASIL	22,0	19,3	21,8	33,0	30,3	35,8
Região Norte	22,7	22,5	23,6	28,7	29,4	31,5
Região Nordeste	27,5	25,9	33,6	36,2	34,3	43,4
Bahia	27,2	26,3	31,9	35,7	35,6	42,9
Região Sudeste	18,2	15,8	25,4	29,8	26,2	29,2
Região Sul	26,8	21,6	17,0	38,8	31,8	35,9
Região Centro-Oeste	22,4	20,0	19,4	30,7	28,2	29,3

Fonte: Atlas Racial Brasileiro 2004

Os dados da Tabela 8 indicam que os negros em idade ativa apresentam-se mais vulneráveis à pobreza que os brancos. Essa observação é válida tanto para a média nacional, quanto para as regiões e, sobretudo, para a Bahia.

3. PARA NÃO CONCLUIR

Embora a pobreza seja um fenômeno mais claramente evidenciado pela insuficiência de renda, se revela também por outras dimensões que podem guardar relação ou não com a renda. Entre essas demais dimensões, buscamos enfatizar a racial e a espacial.

Evidenciamos, dessa forma, que as regiões Norte e Nordeste apresentam grandes proporções de pobres e indigentes e que, dentre estes, há grande participação dos negros, com sensível agravamento do quadro.

Vimos também que, apesar do aumento da escolaridade média, a rigidez do modelo econômico e distributivo de renda não permitiu que os negros saíssem desse estado de pobreza. O sistema de ensino brasileiro, na medida que ignora as diversidades culturais, raciais e de contexto, termina por se constituir em elemento de exclusão racial. Alie-se a isso a inflexibilidade da estrutura ocupacional do mercado de trabalho, de forma que um indivíduo negro, ainda que consiga avançar nesse sistema de ensino, isto é, concluir o curso superior, terá

grande probabilidade de ocupar-se em atividades cujas exigências de escolaridade estejam aquém da sua formação.

Contudo, sabemos que os problemas aqui colocados têm uma complexidade que está longe do alcance dos dados apresentados, de modo que não cabe conclusão. Por outro lado, o estudo levanta algumas provocações para reflexões, de modo que é necessário estabelecer uma agenda de pesquisa.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação e sociedade**: revista do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) da Unicamp, Campinas, n. 56, p. 389-411, dez. 1996.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: _____, **Educação e emancipação**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ATLAS Racial Brasileiro 2004: banco de dados preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG). No ar deste 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org>>. Acessado em: 20 de dezembro de 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

COUDOUEL, A.; HENTSCHEL, J. **Os dados da pobreza e sua medição**. Brasília: Banco Mundial, 2001.

KLUGMAN, J. **Visão geral do processo de formulação ou fortalecimento das estratégias de redução da pobreza**. Brasília: Banco Mundial, 2001.

SILVA, Luciene. Notas de aulas da disciplina Educação e Contemporaneidade. Salvador: PEC/Uneb, 2004.

BARBOSA, Cláudio. **Pobreza, Desigualdade Racial, Educação e Ação Afirmativa: uma análise das estatísticas recentes**. 2003. 37 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Departamento de Educação (Campus I), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Salvador, 2003.